



PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO
VARA DO ÚNICO OFÍCIO

T. Sete de Setembro, Centro, São Sebastião/AL, (82) 3542-1321, saosebastiao@tjal.jus.br

Autos de n.º 0700793-23.2018.8.02.0037/01
Classe: Embargos de Declaração
Autor: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.
Réu: Alaelson Valerio dos Santos

SENTENÇA

Tratam-se de Embargos de Declaração opostos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.** em face da sentença de fls. 105/109 dos autos principais, por meio do qual requer a integração da sentença prolatada, atribuindo-se efeitos modificativos aos presentes embargos.

Alega que a decisão teria incorrido em contradição e omissão, requerendo que o Juízo se manifestasse a respeito de diversos pontos, os quais se encontram discriminados às fls. 01/03.

É o sucinto relatório. Fundamento e decido.

Não prosperam os embargos declaratórios oferecidos. Conforme o art. 1.022, do CPC, o recurso em tela é manejável para a integração de ponto obscuro, contraditório ou omissão resultante da sentença.

Admite-se, ainda, que dos embargos resultem efeitos modificativos ou infringentes na hipótese da apreciação do ponto omissão sobre o qual se debruça ser apta a alterar o teor da decisão.

No caso dos autos, o que a embargante considera como contradição e omissão, não passa do entendimento dado aos fatos apresentados na demanda.

Sendo, assim, hipótese de discordância do teor e mérito da decisão, é incabível a interposição de embargos de declaração, mas de recurso adequado.

Não há, portanto, omissão, obscuridade ou contradição que justifique a procedência dos embargos declaratórios. Nesse sentido, trago à colação precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1. São rejeitados embargos de declaração que não apontam omissão, obscuridade ou contradição no julgado. 2. As vias estreitas dos embargos de declaração não permitem a revisão dos questionamentos de mérito. 3. Empresa excluída do REFIS. Ato administrativo praticado de acordo com os dispositivos legais que regem a espécie. 4. Embargos conhecidos, porém, rejeitados. (STJ, EDRESP n. 660040, 1.ª Turma, Min. José Delgado, DJ 28.03.2005, p.215)"

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE,



PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO
VARA DO ÚNICO OFÍCIO

T. Sete de Setembro, Centro, São Sebastião/AL, (82) 3542-1321, saosebastiao@tjal.jus.br

CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. Não houve o alegado material. Há erro material quando o acórdão considera premissa fática ou jurídica inexistente nos autos, o que não se deu no caso concreto. 3. Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDcl no REsp 476244 / RS Relator(a) Ministro OG FERNANDES (1139) SEXTA TURMA Data do Julgamento 03/12/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 18/12/2009)"

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração interpostos, porque impertinentes, mantendo a sentença embargada tal como foi lançada.

Intimem-se. Cumpra-se.

Transitado em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas.

São Sebastião/AL, *assinado e datado digitalmente*.

Thiago Augusto Lopes de Moraes
Juiz de Direito